de Outubro de 1939, poderá o Ministro dos Negócios Estrangeiros autorizar os chefes das missões diplomáticas ou seus substitutos interinos e os titulares ou gerentes dos postos consulares a celebrarem, em nome do Ministro, segundo as instruções que por este lhes forem dadas e nos termos que forem aconselhados pelas circunstâncias locais a que se haja de atender, os contratos de funcionários não de carreira a que aqueles artigos se referem.

Art. 2.º Os contratos celebrados nos termos do artigo anterior pelos titulares ou gerentes dos postos diplomáticos e consulares serão válidos a título provisório para todos os efeitos, podendo os funcionários contratados entrar desde logo em exercício e perceberem os seus vencimentos sem dependência de visto prévio do Tribunal de Contas, devendo seguir-se ulteriormente os trâmites usuais para os contratos se tornarem definitivos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Abril de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIOS DAS COLÓNIAS E DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Decreto-lei n.º 30:383

O artigo 8.º do decreto-lei n.º 28:698, de 25 de Março de 1938, estabeleceu o regime dos preços mínimos para as diversas classes do algodão colonial exportado para a metrópole e o artigo 11.º do mesmo diploma deu à

Comissão Reguladora do Comércio do Algodão os meios indispensáveis à garantia dos preços fixados.

Encontra-se porém ainda por pagar aos exportadores de algodão parte dos prémios que lhes eram devidos ao abrigo da legislação anterior (decreto-lei n.º 22:616, de 2 de Junho de 1933) em virtude de a baixa de preços verificada durante a campanha de 1937 ter esgotado completamente o antigo Fundo de fomento algodoeiro das colónias.

Parece oportuno fazer agora a liquidação dos compromissos legalmente assumidos e ainda não liquidados, aproveitando para o efeito uma pequena parte das quantias existentes na posse da Comissão Reguladora para garantia de preços mínimos, uma vez que actualmente não se torne necessário efectivar essa garantia.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizado o Ministro das Colónias a requisitar à Comissão Reguladora do Comércio de Algodão, por conta dos fundos arrecadados nos termos do artigo 11.º do decreto-lei n.º 28:698, de 25 de Maio de 1938, e do artigo 8.º do decreto-lei n.º 28:851, de 13 de Julho de 1938, as quantias necessárias ao pagamento integral dos prémios aos exportadores de algodão colonial, concedidos ao abrigo do artigo 1.º do decreto-lei n.º 22:616, de 2 de Junho de 1933, até ao montante total de 1:500.000\$.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Abril de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.